

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 64ª  
(SEXAGÉSIMA QUARTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 14 DE AGOSTO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 63ª Sessão Ordinária.

Há 4 Deputados presentes. Eu gostaria de convidar os Deputados que estão em seus gabinetes para que desçam para darmos início ao Pequeno Expediente, aos Comunicados de Líderes.

Como não há Deputados suficientes, suspenderei a sessão por vinte minutos.

Está suspensa a presente sessão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

(Suspensa às 15h11min, a sessão é reaberta às 15h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho aqui falar sobre dois assuntos, que do meu ponto de vista são extremamente importantes para nossa cidade.

O primeiro assunto que eu gostaria de falar é sobre as equipes de saúde da família. Atualmente o governo tem anunciado que conseguiu dobrar a quantidade de equipes de saúde da família no Distrito Federal. Mesmo assim, Deputado Robério Negreiros, fazendo uma análise do relatório do mês de junho de 2018 do Ministério da Saúde, o Distrito Federal hoje detém somente 866 agentes comunitários de saúde cadastrados no Ministério da Saúde.

Nós temos hoje, Deputado Robério Negreiros, só para V.Exa. ter ideia, mais de 2 milhões e 900 mil habitantes no Distrito Federal. O Estado de Roraima, que tem 514 mil habitantes, tem 100 agentes comunitários a menos que o Distrito Federal. Não dá para implantar uma estratégia de saúde da família sem agentes comunitários de saúde. Outro estado que tem uma população semelhante à nossa é Mato Grosso do Sul, Deputado Joe Valle, que tem 2 milhões e 700 mil habitantes e mais de 4 mil agentes comunitários de saúde. Nós temos 2 milhões e 900 mil habitantes, e temos muito menos agentes comunitários de saúde cadastrados no Ministério da Saúde do que o Estado de Mato Grosso do Sul inteiro. Então, nós temos um grande desafio.

Eu particularmente acredito – usei esta tribuna diversas vezes – que a estratégia da saúde da família deve ser a prioridade do investimento na área da saúde. Por quê? A cada dez atendimentos que são feitos na porta das emergências dos hospitais, oito poderiam ser atendidos pelas equipes de saúde da família. Mas essas equipes, infelizmente, não conseguem se estruturar porque faltam agentes comunitários de saúde para trabalhar, para fazer o diagnóstico da população do Distrito Federal.

Não adianta implantar uma estratégia de saúde da família se não tivermos agentes comunitários de saúde. Então, é urgente e emergente. Não podemos ficar em penúltimo lugar. Só perdemos para o Estado de Roraima em quantidade de agentes comunitários de saúde e, ainda mais, em quantidade por habitantes.

Para tirar isso do papel, é necessário que se faça um plano de investimento e principalmente de contratação de novos agentes comunitários de saúde e, além do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

mais, aquelas especialidades que são complementares, como cirurgiões-dentistas, psicólogos, técnicos em saúde bucal e nutricionistas. Todos esses profissionais estão previstos na portaria do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família, do Ministério da Saúde.

Brasília poderia, com base nos recursos que recebe, nas transferências que vêm da União, de convênios, ser o exemplo para o Brasil da implantação da Estratégia Saúde da Família. O que nós vemos todos os dias? Vemos, na televisão, nas rádios, ao abrirmos os jornais, a população do Distrito Federal tendo dificuldade de atendimento à saúde, porque aquilo que se colocou no papel infelizmente não foi colocado em prática, que é a implantação definitiva da Estratégia Saúde da Família.

Outro assunto que eu queria abordar aqui, Sr. Presidente, eu até havia decidido não abordar aqui, mas, diante dos acontecimentos, eu quero me posicionar referentemente às últimas notícias em relação à Operação (12:26). Eu acredito que o trabalho da Polícia Civil foi um trabalho fenomenal. Ela está fazendo essas investigações de forma isenta. Eu particularmente acredito que tanto o Ministério Público quanto a Polícia Civil vão desvendar o que, de fato, aconteceu. Eu tenho certeza de que tanto a Polícia Civil quanto o Ministério Público e o próprio Judiciário vão separar o joio do trigo.

Sr. Presidente, no noticiário, como todos sabem, foram citadas três pessoas próximas que trabalharam comigo. Essas pessoas, eu quero aqui citá-las e dizer que, enquanto estiveram comigo, nunca vieram ou propuseram ou se posicionaram para fazerem algo ilícito ou fora da legalidade.

Deputado Robério Negreiros, todos aqueles que trabalharam conosco, inclusive dois que foram citados, sempre protegeram nosso mandato, sempre nos deram orientação de como fazer, de como trabalhar, de como estar dentro da legalidade, principalmente atendendo à população. Os dois são meus amigos e infelizmente foram envolvidos nessa situação que nos entristece muito. Deixa-nos muito tristes termos os nossos nomes envolvidos nessa situação pela citação.

Aqui eu quero deixar o testemunho dessas duas pessoas, que são o Luís Messina e o Hermano, que, enquanto estiveram comigo, nunca fizeram propostas, nunca apresentaram ou vieram com propostas escusas. Eles sempre trabalharam e tiveram a ética como principal ponto de trabalho. Os dois, tanto ele quanto o Hermano. Quando eu convidei o Hermano para trabalhar comigo na Liderança do Governo, foi porque ele conhecia a estrutura do Estado. Vários Deputados aqui conhecem o trabalho que ele fez e que vinha fazendo para justamente melhorar não somente a imagem desta Casa, mas o relacionamento que nós tínhamos aqui entre os Deputados. Esse é o testemunho que eu quero dar.

Agora, eu acredito, Deputado Wasny de Roure, Deputado Joe Valle, que, ao final dessa investigação, a Polícia Civil, Deputado Raimundo Ribeiro, vai inocentar os inocentes, mas vai oferecer denúncia a quem realmente deve ser acusado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Em revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Delmasso, realmente, quando eu vi essa matéria, eu fiquei preocupado; entretanto, coincidentemente, eu conheço os dois servidores. O Messina, eu conheço não tanto de trabalho com ele, mas ele é de uma família que me é bastante familiar, idônea, integrante da comunidade da Igreja Memorial Batista, como também o Hermano, que foi, à época, chefe da assessoria parlamentar do então ministro Agnelo Queiroz. Convivi – e estive à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico –, dialoguei muitos assuntos e nunca vi absolutamente nada que expusesse essas duas personalidades.

É importante destacar que esse processo que a Polícia Civil está fazendo também tentou incriminar o Marcos Woortmann, que é o Administrador do Lago Norte, uma pessoa que também conheço há alguns anos e sempre teve uma postura absolutamente responsável e republicana. E, por um acaso, ele, em uma visita recente à Administração do Lago Norte, apresentou essa problemática. Eu, inclusive, lembrei a ele que não fizesse esse debate sem antes consultar a população moradora do Lago Norte, que vai ser afetada por qualquer aumento do potencial construtivo do Iguatemi, que, na proposta anterior da LUOS, já havia tido emendas nesse sentido. Então, existe, sim, um grupo empresarial que está lutando para aumentar o potencial construtivo daquele empreendimento. Isso existe e é notório e conhecido na cidade.

Esse é um debate que o Governo do Distrito Federal tem que fazer com a comunidade do Lago Norte. Tem que fazer a avaliação do empreendimento e cobrar aquilo que, eventualmente, vier a ampliar o potencial construtivo daquele empreendimento e daquela unidade imobiliária.

Eu acho que essas coisas, Deputado Delmasso, têm que ser feitas com responsabilidade e com o devido ônus ao qual o Estado disponibiliza dos institutos jurídicos para poder processar. Mas nós temos uma situação prévia, preliminar, que é entender o congestionamento que o Iguatemi traz para a população do Lago Norte. Uma vez isso resolvido, passa-se para outro tema, que é o percentual, porque hoje é 0,5. Parece-me que, na proposta que o governo trouxe a esta Casa – e a nossa assessoria havia participado do debate –, já se propunha um aumento.

Então, Sr. Presidente, eu acho que essa conversa está indo longe demais. É uma coisa que tem que ser encarada com absoluta transparência e responsabilidade. Para mim, como morador daquela localidade, nesse momento, esse é o debate, porque esse debate não é apenas sobre a questão do Iguatemi, mas também sobre a ampliação do Taquari, que terá três espaços para parcelamento do solo promovidos pela Terracap.

Sr. Presidente, o que se precisa ali é de um debate mais aprofundado antes de colocarem o nome das pessoas nos jornais para dizerem que estão fazendo ou não tráfico. Então, essa é uma questão altamente sensível, que tem que ser feita com absoluta responsabilidade. Nós temos aqui uma equipe na Casa que tem enorme

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

acúmulo para tratar desse debate da matéria fundiária. Portanto, eu estou esperando o debate acontecer para externar a minha opinião.

Deputado Delmasso, sobre a sua pessoa, não resta nenhum ônus nem perda de respeito em sua integridade. Continuo apreciando e respeitando V.Exa. pela folha de serviços prestados a esta cidade. Muitas vezes, pela intensidade com que querem ver as coisas resolvidas, as pessoas podem ser mal interpretadas. Mas conte com o meu respeito, Deputado Delmasso!

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Para finalizar, eu queria aqui fazer um questionamento, Deputado Joe Valle e Deputada Celina Leão. Em 2015, aprovamos neste plenário – V.Exa., Deputado Joe Valle, estava presidindo os trabalhos – uma lei de minha autoria que obrigava o Governo do Distrito Federal a fazer o óbvio: o pagamento em ordem cronológica. Inclusive, esse projeto que colocamos aqui na pauta – V.Exa. acatou uma questão de ordem minha – foi aprovado e virou lei. Mas o que me espantou, Deputado Raimundo Ribeiro, foi que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, não o Ministério Público, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça e, com um placar apertado, essa lei foi declarada inconstitucional por vício de iniciativa.

Bem, essa legislação, em todos os órgãos, estava sendo aplicada, Deputada Telma Rufino, de forma exemplar. Quando acompanhamos aqui, pelo Sistema Integrado de Gestão Governamental, os pagamentos que eram feitos pelo governo, vimos que essa legislação estava sendo cumprida. Eu acredito que a Câmara Legislativa fez o seu papel ao aprovar uma legislação que reforça aquilo que está na Lei nº 8.666 e que em nenhum momento ultrapassa a competência do Distrito Federal, talvez o vício de iniciativa de uma lei. Mas, aí, eu faço uma pergunta: a relevância em relação ao questionamento da iniciativa... o que esta lei poderia proporcionar de proteção ao Estado? Será que a iniciativa é tão relevante pelo trabalho, pelo que ela proporcionou de proteção ao Estado, enquanto estava em vigor? Hoje, Deputado Joe Valle, essa lei encontra-se inconstitucional. Nós aprovamos sessenta leis aqui, e eu só tenho uma inconstitucional, que é esta.

E a pergunta é: por que o Ministério Público não entrou com a ação? Entendo que o Ministério Público avaliou a relevância do projeto, da lei. Era uma lei extremamente relevante para o Distrito Federal. Eu me faço uma pergunta, Deputada Celina Leão: por que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que representa o Governo do Distrito Federal, entrou com um pedido de inconstitucionalidade dessa lei? Eu, particularmente, fiquei atônito ao saber que a nossa Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Deputado Prof. Israel, foi quem pediu a inconstitucionalidade de uma lei tão importante, que obriga todos os órgãos da administração direta e indireta a fazerem pagamento em ordem cronológica.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADA CELINA LEÃO (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, quero responder a V.Exa. com a franqueza que sempre me foi peculiar.

Ele entrou com pedido de inconstitucionalidade porque gostaria de fazer os favores que foram agora deflagrados nessa operação e pagar quem ele gostaria de pagar. Porque pedir a inconstitucionalidade de uma lei que realmente padroniza um tipo de atendimento... Se tivesse a boa vontade de pagar na ordem cronológica, ele mesmo poderia ter proposto a lei. Então, quero deixar bem claro que ele pediu a inconstitucionalidade da lei para usar a caneta para beneficiar os amigos e perseguir os inimigos, como tem feito. Agora, só falta descobrir quais foram as vantagens indevidas que ele recebeu, retirando aí... e entrando com um pedido de inconstitucionalidade dessa lei.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Para finalizar, quero aqui reafirmar que, mais uma vez, essas duas pessoas que trabalhavam comigo, tanto o Hermano quanto o Messina, enquanto estiveram no meu gabinete, sempre tiveram uma atitude proba, uma atitude ética, uma atitude correta, uma atitude ilibada e acima de qualquer suspeita. Na nota que soltei, eu disse que fiquei, sim, perplexo, porque, naquele momento, pessoas que trabalharam comigo, Deputado Raimundo Ribeiro, que sempre demonstraram e sempre demonstram correição, sempre demonstram transparência, atitudes acima de qualquer questionamento, foram envolvidas dessa forma... Mas tenho certeza de que a Polícia Civil e o Ministério Público são justos e saberão separar o joio do trigo.

Espero que os inocentes sejam retirados disso e os verdadeiros culpados sejam denunciados.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, que vai falar pela liderança do Bloco Trabalho por Brasília.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna, inicialmente, é um tema que consideramos de extrema importância.

Estou apresentando agora, Sr. Presidente, uma indicação ao Governo do Distrito Federal, para que, através da Secretaria de Segurança Pública, regulamentasse definitivamente a questão do concurso de remoção dos servidores daquela área do serviço público. Primeiro porque são servidores que passam por dificuldades óbvias no exercício de suas funções; afinal de contas, trabalhar em um sistema prisional não é fácil; segundo porque esses servidores devem ser poupados, às vezes, do festival de besteiras que acontece dentro da administração pública, por razões as mais variadas. É negócio de ciúmeira, são fofocas, essas besteiradas todas que a gente sabe que, muitas vezes, imperam. Ou, então, perseguição até a servidores, por opções político-partidárias. Então, a partir do momento em que o concurso de remoção passa a ser

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

regrado por um determinado texto, isso tira do dirigente circunstancial a possibilidade de fazer perseguições aos servidores públicos que se defrontam com uma função muito difícil de exercer dentro do sistema prisional.

Outro assunto que me traz aqui – acho que é um assunto de interesse da cidade inteira, mas, acima de tudo, de interesse da sociedade – são as denúncias gravíssimas que foram veiculadas desde sexta-feira, se não me engano, pelo Portal Metrôpoles. Nessas denúncias, o que a gente vê é uma suspeita muito grave do envolvimento de familiares do Governador, familiares muito próximos, irmão, primo, agregado, um monte de gente... O que preocupa é que essas denúncias são graves, porque falam realmente na subtração de dinheiro público, e isso realmente é de uma gravidade extrema.

Acompanhei essa questão porque, durante dois anos, fui alvo de uma investigação aqui, e agora o Tribunal da Cidadania mandou dizer que eu não tive nada a ver com aquela conversa e determinou que arquivassem o processo em relação a mim. Mas não é só por isso, é também pelo sentimento de justiça que tenho de que nós não devemos considerar culpado quem apenas está sendo denunciado ou indiciado, que é o caso. Aí, eu vejo que o fato de o irmão do Governador Rodrigo Rollemberg e uma pessoa que, parece-me, muito próxima da família, uma pessoa que é até forte, o Marcelo Nóbrega, e um outro, Ricardo Leal, que dizem que está lá na Paraíba, em Pernambuco, sei lá... Dizem que pairam suspeitas muito graves de desvio de recurso público. Tenho a impressão até de que, se for verdade aquilo que está noticiado pelo Metrôpoles, a solução da Drácon está ali. Tenho essa impressão.

Até me causa estranheza que o Ministério Público não tenha percebido isso lá na origem, porque eu tinha a ideia de que alguns promotores fossem bastante perspicazes, o que não foram na Drácon. Mas isso a gente já sabe, essa besteirada toda com o tempo vai se resolver.

O que eu vejo, Presidente, é que acho que nós não devemos condenar ninguém antes que essas pessoas tenham a oportunidade de pelo menos se manifestarem. E eu tenho impressão de que se impõe a esta Casa a convocação de pelo menos três personagens inicialmente.

O primeiro seria, evidentemente, o irmão do Governador, porque o portal diz claramente: "Olha, o homem é a força motriz, o homem é que faz contato com todo mundo, é quem facilita tudo, é quem faz a advocacia administrativa" e outras coisas. Acho que esse nome é imperioso que conste.

O segundo é esse senhor de nome Marcelo Nóbrega, que me parece que é o andarilho do Governo Rollemberg. Ele andou por todos os lugares! Ele passou por todos os lugares! Então, certamente, ele poderá nos trazer grandes informações, que podem inclusive comprovar a lisura dos atos dele.

E o outro é esse Sr. Ricardo Leal, porque eu ouço, assim, nos bastidores, o tempo inteiro, o pessoal só dizendo: "Olha, na hora que pegarem o Ricardo Leal, aí é que vão descobrir tudo, aí é que vai surgir a pandora verdadeira!"

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Então, eu acho que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, cumprindo a sua obrigação, cumprindo o seu papel de agente fiscalizador dos atos do Poder Executivo, deveria, inicialmente, providenciar a convocação imediata – não é para daqui a uma semana; é imediata, é para amanhã! – desses três personagens que terão a oportunidade ímpar, a oportunidade que foi negada inclusive a alguns denunciados desta Casa. Eles terão a oportunidade de aqui, nesta Casa, poderem demonstrar cabalmente que eles não têm qualquer relação com aquilo que está sendo noticiado pelo portal *Metrópoles* e investigado e apurado pela Polícia Civil e por excelentes promotores que nós temos lá no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

Antes, porém, eu quero agradecer e registrar a presença de alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental I do Planalto, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Agradeço a presença de todos vocês.

Nós estamos agora no momento da sessão ordinária onde os Deputados, ou os Líderes de blocos expõem, durante cinco minutos, os seus posicionamentos sobre assuntos diversos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho em mãos aqui uma representação a que vou dar entrada no Tribunal de Contas da União, bem como um decreto legislativo que visa sustar um convênio – o qual eu julgo absurdo – firmado pelo Governo do Distrito Federal, na pessoa do Sr. Rodrigo Rollemberg, e pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, que tira policiais das ruas do Distrito Federal para fazerem a segurança de prédios do Superior Tribunal de Justiça, bem como dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

O meu entendimento é de que o Superior Tribunal de Justiça deve contratar segurança privada, tanto para fazer a segurança dos prédios como a dos ministros. É isso o que a lei prevê! Esse convênio assinado pelo governador do Distrito Federal e pela Presidenta do Superior Tribunal de Justiça é completamente ilegal!

E vou levantar aqui alguns dados, Deputado Chico Leite: em 2000, o contingente da Polícia Militar do Distrito Federal era de 15.213 pessoas – soldados –, e a população do Distrito Federal era de 2.043.169 habitantes; em 2018, a população do Distrito Federal é de 3.039.444 pessoas, e o contingente da polícia é de 10.889.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Portanto, é uma loucura o que o governador está fazendo: tirar policiais que fazem a segurança da população, que têm que estar na rua dando segurança a quem paga imposto, e deslocá-los para o Superior Tribunal de Justiça. Convenhamos: isso é uma aberração! Por isso estou entrando com uma representação no Tribunal de Contas da União; e estou aqui com um decreto legislativo para sustar esse convênio absurdo assinado pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Como segundo ponto da minha fala, falando pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero dizer da satisfação que eu tive hoje de participar da chegada das colônias de trabalhadores rurais sem-terra que estão vindo a Brasília para acompanharem o registro da candidatura do Presidente Lula amanhã. Estão ali no ginásio de esportes.

Até, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle, eu sugiro que todos os homens e mulheres de bem desta cidade vão lá para assistir. Ver o que é luta! Ver o que são trabalhadores aguerridos! Ver o que são trabalhadores conscientes, que viajaram dias a fio, a pé, enfrentando todo tipo de intempéries para virem a Brasília e exigirem justiça. Eles só querem o registro e a autorização para que o Presidente Lula dispute as eleições, para voltar novamente ao Palácio do Planalto e governar, voltado para a sociedade brasileira.

Emocionante! A chegada foi a coisa mais bonita que já vi. Um momento realmente de reafirmação da democracia, especialmente das lutas populares, e que merece ser saudado por todos nós.

Portanto, eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, saudar aqueles homens e mulheres que estão ali, jovens, mas também pessoas de idade que vieram dos mais longínquos recantos do Brasil para acompanharem amanhã, às 16h, no Tribunal Superior Eleitoral, o registro da candidatura do nosso líder maior dos trabalhadores do Brasil e da América do Sul, e hoje do mundo, Luiz Inácio Lula da Silva.

Estão de parabéns os trabalhadores sem-terra pela coragem, pela demonstração que eles estão dando àquele que é um benemérito deles.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realmente é uma pena, Deputada Telma Rufino, ver este plenário vazio num momento tão grave que o Distrito Federal

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

vive. É realmente uma covardia de muitos Parlamentares não participarem, sabendo que hoje nós teríamos, talvez, um debate muito importante aqui, que é o debate sobre todas essas denúncias de corrupção que surgem em cima do Governo Rollemberg.

E aí, Deputada Telma Rufino, para algumas pessoas isso pode ser uma surpresa, mas para mim, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu trouxe à tribuna, há mais ou menos um mês, um pronunciamento no qual eu nominava o Sr. Guto como lobista e operador do Governo Rollemberg. E eu dei nomes! Porque aquilo que trazíamos à tribuna era o que se falava nos quatro cantos da cidade.

Eu ainda fiz acusações mais graves e espero que essa investigação da Polícia Civil chegue a elas também. O Sr. Guto Rollemberg trabalhava contra os seus opositores dentro dos Tribunais de Justiça, tentando prevalecer a força e a vontade do rei. Deputado Joe Valle, eu acho tão ridículo esse governo! Ele é tão podre, tão podre, que as operações contra a Oposição valem! Elas têm valor jurídico! Elas têm valor simbólico! Têm valor até para atacar a Oposição! Mas a mesma polícia que fez operações contra a Oposição é a polícia que agora o ataca!

Deputado Joe Valle, eu quero fazer algumas ligações, algumas conexões que não foram feitas na cabeça da população, porque muitas informações estão soltas, mas estão soltas para quem não conhece esse processo com a profundidade que eu e alguns colegas conhecemos aqui nesta Casa!

Marcelo Nóbrega, quando abrimos a CPI da Saúde, era apontado, dentro desta Casa, como o operador do Governador Rollemberg dentro da saúde, e tinha uma ligação com a sua esposa! E esse fato incomodava tanto o Governador, que ele precisava inventar alguma coisa para retirar o poder de CPI que esta Casa tinha, que o estava investigando e poderia chegar às tetras, dentro do Palácio do Buriti! E o desespero foi tão grande que eles precisavam armar alguma coisa! E eles armaram! Só que nenhuma armação, Deputado Joe Valle, fica para sempre!

Eles inventaram, pegaram aqui uma Parlamentar que inclusive está condenada! Esta Casa é até bem engraçada: nós temos aqui colegas condenados à cadeia, em segunda instância, criminosos que convivem aqui conosco como se fossem pessoas da mais fina envergadura! Mas pessoas desse nível que podem se juntar a qualquer tipo de trama nessa envergadura! Pessoas que estão dentro do buraco, já dentro do fundo do poço, se conectaram para tentar fazer uma armação, como aconteceu na época da Drácon! Mas, Sr. Presidente, Deus é tão bom conosco, que essa operação pega a época da Drácon, mas não foi a Deputada Celina Leão que foi pega no grampo pedindo para liberar UTI, não! Quem foi pego no grampo foi o Marcelo Nóbrega! Foi o Marcelo Nóbrega!

E é tão desconexo o negócio, Sr. Presidente, que nós fomos acusados em virtude de uma emenda que não votamos! Nem eu nem o Deputado Raimundo Ribeiro votamos! Eu não estava aqui no plenário! Fui gravada dizendo que eu não queria nada de nada! E com esse patife desse Marcelo Nóbrega nem sequer houve busca e apreensão na casa dele! Se tivesse havido, à época, uma operação correta, teriam

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

pego esse patife! E aí iriam descobrir quem estava realmente fazendo operações para liberar ou deixar de liberar alguma coisa para alguém!

Está muito claro, Sr. Presidente! Está claríssimo! É só vocês ouvirem as escutas! As escutas foram feitas à época da Drácon! Não fui eu que fui gravada pedindo ao RR, ao irmão do RR, a não sei quem para liberar o trem, não, Sr. Presidente! Quem foi gravado foi o Marcelo! E nós estávamos prestes a descobrir a roubalheira que esse homem fazia dentro da Secretaria! E aí tinham que inventar alguma coisa! E inventaram, Sr. Presidente! Inventaram! Colocaram na lama o nome de muitos colegas aqui!

E o mais engraçado é que os anjos que foram arregimentados, àquela época, estão condenados à cadeia, Sr. Presidente! Se fosse um Deputado de porte aqui, que desse trabalho, talvez até nesta Casa estivesse havendo manifestação! Mas é tão inútil, no seu mandato, que é um peso morto! Ninguém não está nem ligando se está aqui, se não está aqui! Eu queria saber se esta situação fosse com algum colega nosso aqui que é da Oposição: condenado em segunda instância, já transitado em julgado, pena para ser cumprida! É a esse tipo de gente que se juntou querendo tampar alguns malfeitos!

E aí, Deputado Raimundo Ribeiro, peço a atenção de V.Exa., um minuto, porque eu também já havia trazido a este plenário o nome do Ricardo Leal! Eu já havia trazido aqui em plenário! Ele era o tesoureiro da campanha! É muito engraçado! Esse homem está em três delações falando que recebeu dinheiro da JBS, da Odebrecht, da OAS! É coincidência, Deputado Raimundo Ribeiro?! É coincidência!

Mas o maior deboche de tudo foi esse Governador – imundo! – ter coragem de lançar uma campanha de mãos limpas. Mãos limpas onde, Deputado Raimundo Ribeiro?! Onde?! Um Governador que perseguiu a Oposição – porque a investigava! – , que tem um irmão que vende facilidade dentro dos seus escritórios de advocacia! E eu trouxe isso a esta tribuna há um mês! Porque as demandas eram cobradas em forma de honorário! Eles deram um jeito, Deputado Raimundo Ribeiro, até de legalizar a corrupção! Porque se fala assim: “Não, isso aí é advocacia administrativa!” Mas eu vou falar: por trás disso aí há corrupção! Porque não é só uma influência de pagar isso ou aquilo! É influência de se descumprir uma ordem cronológica! É influência de se dar um parecer negativo onde era positivo!

Então está muito claro, Deputado Raimundo Ribeiro, toda essa armação! E é muito importante, Sr. Presidente, falar que o Deputado Raimundo Ribeiro teve o pedido de sua ação, o trancamento, e já teve esse pedido concedido! E é importante explicar que a gente não fez esse pedido de trancamento! O nosso *habeas corpus* que foi julgado foi a primeira relação jurídica que nós tivemos e que pedimos para ser retornada à Presidência desta Casa! Os ministros entraram no mérito, e todos eles disseram que nosso afastamento foi ilegal! E a segunda nulidade, em que nós tivemos votos de ministros que acham que 100% dessa confusão que este governo tentou colocar na gente era ilegal!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Agora, Sr. Presidente: eu acho que esta Casa precisa tomar uma providência! Na minha visão, a convocação é um instrumento pequeno perto do poder que esta Casa tem! Tudo o que aconteceu com os colegas aqui – e talvez muitos de vocês não tenham tido a sensibilidade de entender o que acontecia conosco naquele momento – precisa ser passado a limpo, Sr. Presidente! Nós precisamos passar isso a limpo!

E o mais grave de tudo isso é a resposta do Governador, a sua nota oficial. Primeiro ele ataca a Polícia Civil! A Polícia Civil é uma polícia de Estado! Nós nunca atacamos aqui a polícia! É uma polícia de Estado! Nós sempre nos defendemos e colocamos que nós iríamos desmascará-lo! E, em segundo, ele ataca um veículo de comunicação! Ele faz tudo, menos explicar o que realmente aconteceu! Ele consegue o absurdo de falar, falar, falar, e não dizer absolutamente nada, Sr. Presidente!

Então, a minha sugestão para os colegas é que nós fizéssemos uma CPI. Nós não estamos interessados se é época de campanha ou se não é época de campanha, porque esta Casa tem uma função regimental. Nós temos até dezembro para entregar esses relatórios. Porque nós precisamos investigar, sim! Nós precisamos investigar, porque já está claro, Sr. Presidente, que havia muita coisa errada! Mas os erros não eram desta Casa. Os erros saíam do núcleo duro de decisões do qual faz parte o Governador Rodrigo Rollemberg, Marcelo Nóbrega, os arrecadadores financeiros da campanha! É muito engraçado – pare para pensar, Sr. Presidente! –, o círculo é em cima de quem foi o tesoureiro da campanha do Rodrigo! É coincidência?! Vem para Ricardo Leal, Augusto, Marcelo Nóbrega! Agora dá para entender, Deputado Raimundo Ribeiro, por que eles não podiam exonerar o Marcelo Nóbrega! Porque ele foi trocado toda hora. Ele tem muito o que falar! Eu acho que eles estão vendidos na mão desse cara, porque, se esse cara vai lá e abre a boca, ele entrega a esposa do Governador, ele entrega o Governador, ele entrega o irmão, o pai, o filho!

É tão grave, Presidente – e eu trouxe essa denúncia aqui há quase um mês – , que, no dia do nosso julgamento, esse cretino dava um resultado mentiroso no *Twitter* antes da hora. É como se ele estivesse prevendo alguma coisa ou tivesse trabalhado nos bastidores do Judiciário, mas não teve o Judiciário aos seus pés porque nós temos desembargadores – homens e mulheres – que são corretos. Às vezes, estes escutam por lisura do cargo: “é irmão do governador, vamos escutar, é advogado”. Ninguém vai se render a esse tipo de *lobby*, de chantagem, que é uma chantagem política. Fica cada dia mais claro o que aconteceu nos bastidores aqui do Distrito Federal.

Eu só queria fazer essa observação, Presidente, porque nós sequer entramos com o mesmo instrumento que o Deputado Raimundo Ribeiro, que é o pedido de trancamento. Mas, com os fatos vindo à tona – de que quem fazia o pedido de liberação de UTI não éramos nós, era o Marcelo, o que está no grampo à época –, é só conectar. É só conectar as acusações com quem foi pego no grampo. Não fui eu, Presidente!

Em todos os depoimentos de todas as pessoas, estas nunca me viram, não sabem nem quem eu sou. Diferentemente dele, que está lá negociando, falando,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

mandando “RR” liberar. Eu só espero que essa injustiça seja reparada na sua totalidade. Ela começa a ser reparada, mas eu espero que ela seja reparada na sua totalidade e que essa quadrilha que se instalou aqui no Governo do Distrito Federal volte para casa, porque as mãos não estão limpas, não, Presidente. As mãos estão imundas.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PMDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero lembrá-los do requerimento. Parece-me que este é o mecanismo ideal, o requerimento de convocação daquelas três pessoas.

A Deputada Celina Leão, falando dessa questão toda, realmente mostra que, antes de existir a tal da Drácon, parece-me que lá em setembro de 2015, já estavam fazendo pagamentos não muito regulares, segundo a apuração da Polícia Civil e do Ministério Público. Então, é apenas para que a gente possa reafirmar o pedido de convocação, mas, se optarem por uma CPI, também estou pronto para assinar.

Acho que o maior interessado em esclarecer deveria ser o Governador, porque, se ele diz que está de mãos limpas, ele tem interesse em demonstrar isso, não é? Porém, o que está no portal *Metrópoles* é que a mão dele está imunda. Se há uma controvérsia, nada mais natural que isso seja resolvido.

Então, estou ratificando o requerimento e também quero dizer que estou disposto a assinar qualquer pedido que seja para apurar a verdade, ao contrário do que fez a verba publicitária do governo na época da Drácon, que não quis dar oportunidade para ninguém falar – aí eu fui obrigado a gritar. Por causa desse grito, dois anos depois, o Tribunal da Cidadania desmascarou a farsa da Drácon, e o povo está se esquecendo de que, depois de Drácon, vem Sólon, o legislador.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Raimundo Ribeiro.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que nós acabamos de protocolar uma emenda à Lei Orgânica, Deputado Prof. Reginaldo Veras, sobre um tema que interessa muito a V.Exa. e a outros colegas.

Semana passada, nós fizemos um debate nesse programa de que, inclusive, V.Exa. foi o patrocinador nesta Casa. Por sinal, utilizei-o pela primeira vez. É extremamente rico trabalhar na *web* os debates. Nós fizemos um debate, Sr. Presidente, sobre o passe do estudante técnico-profissional e verificamos várias particularidades.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Temos aqui uma frente parlamentar em defesa do ensino técnico-profissionalizante, em que nós identificamos... Veja bem: é uma questão extremamente interessante que a Emenda à Lei Orgânica, no art. 336, §2º, Deputado Prof. Reginaldo Veras, prevê que os cursos com mais de 200 horas possam oferecer aos estudantes acesso ao passe livre.

Ocorre que, mais recentemente, nos recentes convênios da Secretaria de Educação, nos quais a Secretaria de Educação tem conveniada uma rede de escola do seu sistema no Pronatec... O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Deputada Telma Rufino, trabalha em torno de 160 horas/aula. Ora, por que eu vou limitar em 200 horas/aula quando o próprio Estado patrocina o ensino técnico profissionalizante, através do Pronatec, e estabelece 160 horas/aula no seu programa?

Portanto, Deputado Bispo Renato Andrade, nós estamos apresentando, a partir desse debate feito, em torno de uma hora e meia, bastante rico.

Permita-me, Deputada Telma Rufino, ler a emenda do art. 336, § 2º, à qual nós estamos dando outra leitura:

“§ 2º A lei disporá sobre isenção ou redução de pagamento da tarifa do serviço de transportes públicos coletivos para estudantes do ensino superior, médio e fundamental da área rural e urbana do Distrito Federal, inclusive a alunos de cursos de Educação Profissional Técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária igual ou superior a cento e sessenta horas-aula, reconhecidos pela Secretaria de Estado de Educação ou pelo Ministério da Educação, e a aluno de faculdades teológicas ou instituições equivalentes.”

Essa Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, eu quero agradecer aos colegas Parlamentares que subscreveram essa emenda, porque ela vai trazer equacionamento de grande importância para os estudantes aqui, no Distrito Federal.

Portanto, peço apoio aos colegas Parlamentares, porque essa emenda será de extrema importância para os alunos que estão frequentando os cursos do Pronatec e cursos técnicos profissionalizantes com menos de 200 horas, como diz o texto original. Portanto, é uma adaptação àquilo que o Estado vem realizando para a população do Distrito Federal.

(Assume a Presidência Deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir que seja lida a indicação que eu protocolei agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Deputado Ricardo Vale, no encerramento da sessão será lida.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Chico Vigilante já falou aqui, mas eu também quero saudar os Trabalhadores Rurais Sem Terra que estão chegando a Brasília de todas as partes do Brasil para o ato amanhã do registro da candidatura do Presidente Lula, numa verdadeira demonstração do patriotismo e do compromisso que esses movimentos sociais, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, têm com este País.

Tentaram de toda forma destruir a imagem do PT, “impeachmaram” a ex-Presidente Dilma de forma injusta, alegando que o País ficaria melhor, que a partir do *impeachment* da Dilma as coisas iriam melhorar neste País, e o que a gente viu foi um verdadeiro ataque aos direitos dos trabalhadores. O desemprego, Deputado Wasny de Roure, tem batido recordes nos últimos anos, e a violência e toda essa onda de intolerância e de preconceito crescem muito em nosso País.

Chegaram ao ponto de ter de prender o Presidente Lula para que ele não disputasse as eleições, mas nada disso adiantou. O PT está aí, firme e forte, com candidatos com chance de ganharem o governo de vários Estados. Temos a possibilidade de fazer uma bancada grande no Senado – e aqui no Distrito Federal nós teremos um Senador, com certeza, Deputado Wasny de Roure, que será V.Exa. Temos uma quantidade de candidatos a Deputado Federal da melhor índole e de grande capacidade – o PT certamente ainda vai ser o partido com uma das maiores bancadas no Congresso Nacional – e candidatos a Deputado Estadual pelo País inteiro.

O registro da candidatura do Presidente Lula amanhã tem um simbolismo muito grande para a classe trabalhadora. É o momento de a gente mostrar que, mesmo com toda essa onda conservadora e com tudo que foi feito contra o PT, com o golpe de Estado contra a Presidente Dilma e a prisão do Lula, o povo brasileiro dá a demonstração de que um governo democrático construído com setores desse campo popular e a candidatura do Presidente Lula são as únicas formas de tirarmos o País dessa situação em que ele se encontra.

Queria aproveitar esse plenário hoje e convidar toda a população do Distrito Federal, todos aqueles que têm compromisso com a democracia do nosso País, para estarem amanhã lá no Tribunal Superior Eleitoral, às 16 horas, para protocolarmos e registrarmos a candidatura daquele que certamente será de novo o Presidente deste País, que vai fazer com que ele volte a crescer e ser um país justo e igualitário.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar um registro: eu fiz um vídeo que, inclusive, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. que é um cara antenado – viralizou. Estava subindo a EPTG – Estrada Parque Taguatinga, e a faixa da esquerda estava vazia. Estou brigando por isso há muito tempo. Cadê o governo desta cidade que não facilita a vida das pessoas, que não libera essa faixa? É algo burro da parte do Estado não melhorar a vida das pessoas. Esse nosso vídeo viralizou.

Engraçado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que o governo atendeu ao nosso pedido e ontem liberou a faixa da EPTG, algo por que estávamos lutando, pedindo – para a população do Distrito Federal, principalmente para as pessoas que moram em Taguatinga, em Águas Claras e em Vicente Pires. Mas é uma pena, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tenham liberado só na véspera da campanha – estamos pedindo isso já há três anos. Este vídeo foi muito forte, ele chegou a ter mais de 100 mil acessos. Eu acredito que, com certeza, deram a autorização atendendo a um pedido da sociedade, é claro, mas que foi representada por nós, naquele momento, nas redes sociais.

Então, isso veio tarde, mas pelo menos veio. Eu só espero que este governo não persiga a população porque ele está tentando ganhar a eleição e que, depois, no segundo turno, quando ele ficar de fora definitivamente, não retorne com aquelas faixas, para que elas não fiquem de novo sem uso do jeito que estão.

Então, quero deixar o registro de que foi uma luta nossa, do nosso mandato. Graças a Deus, nem que seja por um minuto de lucidez, esse governo atendeu um pedido do nosso mandato.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero ressaltar que, durante o período em que a lei de S.Exa. esteve em vigor, a faixa exclusiva fora batizada de Faixa Celina. Pelo menos todos no nosso gabinete usavam essa expressão: “Vamos, que a faixa da Celina já vai fechar”.

Tem que dar mérito a quem merece, e o mérito é de V.Exa., Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sra. Secretária.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14   08   2018	15h05min	64ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não há quórum para deliberação.

Declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 16h37min.)